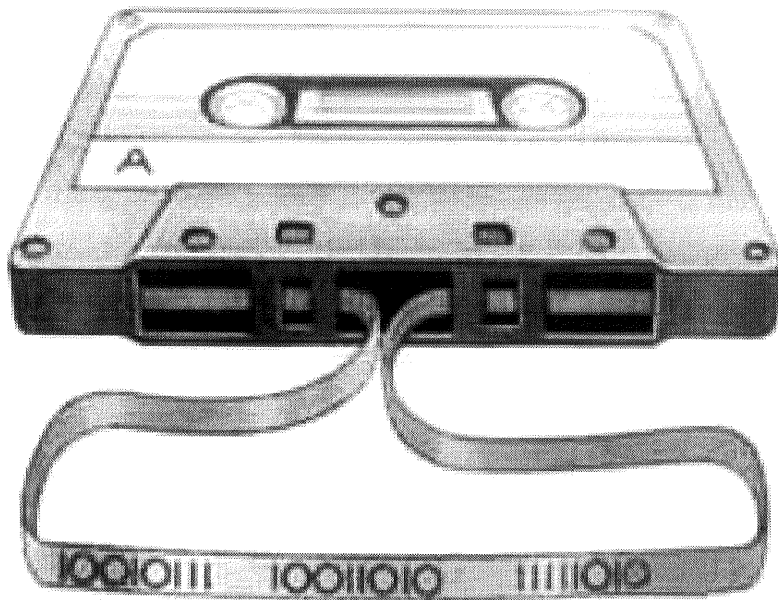




Instituto Jones dos Santos Neves

# Transcrição de Fitas K7

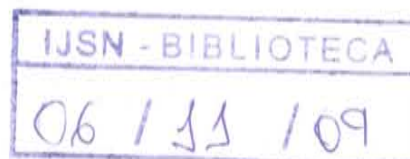


**UM NOVO**  
**ESPÍRITO SANTO**  
Governo do Estado

## SUMÁRIO

- ÂNGELA MORANDI – FITA Nº1 – 03/11/87
- ÂNGELA MORANDI – FITA Nº2 – 03/11/87
- PEDRO BUSINGER – FITA Nº1 – 04/11/87
- PEDRO BUSINGER – FITA Nº2 – 04/11/87
- MEDEIROS – FITA Nº1 – 06/11/87
- MEDEIROS – FITA Nº2 – 06/11/87

1501339  
129/2013  
v. 2 / EX: 1



**PEDRO BUSINGER**  
**FITA Nº2 – 04/11/87**

Pedro Bursinger

F I T A      N o      2

Dia 04/11/87

Note uma identidade no meu bairro, que é a luta pela associação de moradores. Ela começou a criar a história do bairro Laranjeiras. Foi feito até no dia do aniversário. Foi comemorado, fizeram exposição de fotografias, de recortes de jornal. O pessoal começa a querer comemorar e começa a dar identidade, contar história. Esses conflitos que houveram lá no José <sup>Cony</sup> ~~María~~ <sup>Teu</sup> Rosa. E os outros bairros tradicionais, como eles procuravam Laranjeiras para se organizarem, criarem associações. Isso despertou realmente.

O SR. - Você vê que coloquei em crise essa relação do Instituto realmente e tive a minha tese de mestrado (inaudível) Porque toda questão basicamente ideológica, esses modelos são um negócio inconcebível. "O tiro saiu pela culatra". Essa concepção do partido humanístico, os modelos humanísticos, ele custa na sua aceção maior, a sua procura maior, o controle e a desidentificação. Ele consegue isso no seu início, mas com o passar do tempo, com a reformulação, começa a colocar suas marcas, começa a ter um relacionamento nas suas marcas, no sentido de modificar a casa, de modificar a rua, de colocar um jardim na frente da casa, de tirar a janela daqui e colocar para cá. (inaudível)

Goiabeiras é outro caso típico, onde você denota que realmente é o espaço construído, é o espaço imposto ao estado ideologicamente, com intenções de controle de população, e à medida em que a população se apropria desse espaço ela modifica este espaço completamente, e aí gera normalmente uma força de movimento de comunidade, O espírito de comunidade é realmente impressionante. Na questão urbana ~~es~~ é muito mais forte do que a própria organização "espontânea".

O SR. - Existe um dado aí. Quando coloco a questão ideológica, acho que ideológica extrapola um pouco. Existe esse estudo feito, que o conjunto habitacional arquitetonicamente leva pouca facilidade ao conformismo. Isso não é absoluto; acho que em Laranjeiras, no meu modo de entender, foi uma (inaudível) dessa tese.

O SR. - A princípio ele é isso, mas a partir do momento em que a população se apropria desse espaço ela modifica completamente esse espaço. É porque com a formulação... Por exemplo, se um conjunto habitacional leva mais inconformismo, há fa-

cidade da população aceitar tudo sem revoltar. Quer dizer, uma coisa que foi formada mais num nível ideológico, cada história tem a sua história, como se diz. É só você pegar o fusca, a quantidade de acessórios que tem.

A SRA. - Acho interessante também (inaudível)

O SR. - Isso personifica, torna pessoal; apesar de ser coisa séria mas é personalizante.

O SR. - Acho que um bairro pode ser tão combativo quanto outro bairro. Isso depende da consciência de seus agentes e da sua liderança. Isso é uma coisa que se não for formulada a nível local, porque vários problemas já foram promovidos, acho que o mundo já vive a ~~vem~~ da realidade (inaudível) um espaço no bairro e abre um espaço maior.

A SRA. - Acho que isso aí, ou seja, as condições materiais da casa, do espaço, quando está urbanizada determine a moradia, determine algum nível, mas não é só isso que determina. Quer dizer, isso que você falou: faltou subjetivo dos agentes, das pessoas que compõem aquilo ali, composição social ou nível de organização anterior, de experiência anterior, que vai influir também. Além disso, por exemplo, no caso da Serra, foi muito adulto. Não foi como Vila Velha, que foi ao longo dos anos. Na Serra, o negócio modificou quase do dia para a noite. Acho que isso gera muito mais contradição, se por um lado o pessoal não tem raiz, ali não tem uma história construída mas tem uma identificação nos problemas que ~~esse~~ processo de urbanização abrupto. Esse negócio totalmente caótico gera tanta contradição a nível social que acaba tendo um efeito contrário. As pessoas, de repente, se vêm num "beco sem saída". Ou a gente se junta e parte para um processo coletivo, ou eu sou impotente individualmente, e com a minha família, frente a essa situação toda. Acho isso um fator que induz a isso aí. De certa forma é espontâneo, mas leva as pessoas a se aglutinarem, a se juntarem em torno de coisas ~~concretas~~ que ...

O SR. - Você, colocando toda espécie de experiência, tem base extremamente carente ou elas não se juntam. Por isso digo que quando coloco a questão do nível ideológico costumo falar no "nível da vontade". É importante até que seja assim.

Ele extrapola o espaço, o indivíduo extrapola o espaço porque está conformado. Aí ele rompe aqui, ideologicamente. Então, você tem experiências variadas, você tem o bairro carente que se organiza, mas quando a liderança é consciente e é trabalhada, o nível de reivindicações é bem mais elevado, as propostas a organização, etc. E quando não acontece isso pode ser em conjunto, pode ser em qualquer lugar. Por exemplo, no Civit, a única associação de moradores que vemos de combatividade e organização é Serra Dourada III. A maioria tem o pessoal de Igreja, que já foi trabalhado e tem uma percepção ideológica. As outras são um caos de desorganização nos compromissos que não conseguimos incorporar na Federação de jeito nenhum.

O SR. - Não consegue agora. É questão de médio prazo, é questão de se criar identidade.

O SR. - A questão de identidade ajuda a questão cultural.

O SR. - Esse processo de duplicação e de implantação de novas indústrias vai atrair, aqui para a Grande Vitória, uma quantidade imensa de população. Estava vendo uns dados, e só para construir a usina vão ser preciso vinte mil, e depois tem cinco mil diretos. A Serra vai receber muito dessa população, ou seja, continuar recebendo população que não é moradora da Serra. Vai haver invasão e não sei se o Estado vai ter condição de construir mais conjunto, se vão abrir loteamentos. Qual o trabalho a ser dado à federação: É abrir loteamentos, reivindicar do Estado a construção de conjuntos, abrir áreas de invasão?

Na Serra, quem está incentivando a invasão é o prefeito e o Estado. A experiência que tivemos recentemente com essas invasões, a federação entrou junto, defendendo os invasores, mas detectou um processo de exploração das condições do povo muito forte. As invasões estavam sendo provocadas por políticos. Até o subsecretário de Segurança Estadual, prefeito, vereadores, deputados, incentivando a invasão, porque vai decidir a eleição na Serra o ano que vem.

Invadiram a tal Serra III e um outro, e acontece que empresas de exploração desse pessoal, na chegada, domina dez ou quinze casas, e depois começa a vender. A Federação entrou naquela de defender com direitos de ajuda, capital os direitos do povo, e começou a detec-

tar uma série de coisas com uma pressão violenta para cima de nós. Temos que tomar posição, temos que fazer reunião no Palácio, tomar posição contra isso, esse processo de invasão, e inclusive exigindo, porque o Estado não tem uma política de habitação, colocando a necessidade da Serra se o Estado imediatamente desenvolver uma política de habitação, determinar e ocupar as áreas de moradia. O pessoal está invadindo em cima do mangue, e mangue é uma coisa terrível. No mangue você , com mais de dois mil caminhões, não consegue aterrizar, e ele está constantemente descendo, além de degradar o meio ambiente.

Deu uma polêmica muito grande, e até foi feita uma investigação para ver quem está por trás da exploração e as próprias famílias. A Secretaria de Saúde esteve lá e eles deram um relatório para nós, estiveram numa semana pois estavam preocupados com a proliferação de doenças, principalmente em crianças, Visitavam uma família hoje, quando iam na semana seguinte já não estava aquela família, pois esta já havia saído. Então, os moradores originais não se encontram mais lá. Os exploradores controlam aquilo, inclusive usando de violência. A própria polícia.

O SR. - Grande parte de moradores da Serra são militares e civis (policiais) além de especuladores.

O SR. - Então, acho que vai surgir no seminário, e a gente está pedindo é a questão da habitação, que política desenvolver, como amarrar isso. É uma questão a ser discutida, pois existem áreas muito grandes lá na Serra. O que separar para essa habitação, como vai ser essa política, pois o Estado não tem um gestor. A COHAB é um caos. Por exemplo, o conjunto Serra III é dela, e tomou posição por causa da pressão da federação. E depois denunciemos ao Estado e eles chamaram os caras e obrigaram a tomar uma posição; simplesmente largaram o conjunto.

Tem a questão de área da Nação, tem a questão da área verde, tem a questão da área da nação, tem a questão de área de estrada, como é que vai ser essa política de abrir estradas. Tudo isso nós podemos discutir e sugerir nesse seminário.

O SR. - Vocês chegaram a discutir, alguma vez, a criação de outro pólo industrial na área da Grande Vitória, ou fora, para que a Serra não recebesse toda essa carga? Não. O



que houve foram contatos com informações, que ali é inadequado para certos tipos de indústrias. Achemos que é preciso de indústria e já está no ponto. Por exemplo: CST nunca deveria ser instalada ou implantada lá pelos estudos que se fez, e eles já estão pensando em duplicar. Quer dizer, é informação que tenho por fora.

O SR. - O que existe é a preocupação. Como o Sr. sente a preocupação da federação com essas indústrias? O pessoal levanta essa questão de incremento, investimentos na área industrial, que estão aí. São cinco milhões de dólares investidos a longo prazo na Serra?

O SR. - Não. A nível de percepção comum, a nível de algumas pessoas, isso está sendo preocupado agora. Agora, os conflitos que já começaram a ter, tipo Tercom e outras coisas, a pressão lagoa, os produtos químicos dentro da lagoa, matando os peixes, algumas áreas sendo devastadas, abrindo estradas que cortam bairros. Então, começou a criar a questão. Então a federação está tentando canalizar essas coisas.

Essa discussão deveria haver para uma projeção no futuro. Temos que discutir mesmo para ver o que se pode implantar. Agora, para ocupar a prefeitura, vereadores, uma série de percepção comum, isto é progresso, porque ali o indivíduo vai desenvolver o seu pequeno comércio, o seu botequim, sua oficina. Isso é oportunidade. Mas ele não está pensando tão seguramente. Quando ele acordar... Na verdade é se isso for parte de uma determinada classe, porque aquele pessoal de um setor mais privilegiado está pensando mais na sobrevivência.

O SR. - Tem que pensar no melhor tipo de sobrevivência possível. Não dá para continuar querendo (inaudível) tem que reivindicar, porque a terra que ele for invadir é terra boa, terra firme.

O SR. - Mas em São Pedro essa questão de habitação, da Serra, esses dados que temos aí... É sabido que o ano que vem você vai ter nada mais nada menos do que vinte a vinte e cinco mil trabalhadores. Isto, sim, vai abrir vaga para trabalhar nessas empresas. Vinte e cinco mil trabalhadores significa que devem chegar aqui sessenta mil trabalhadores, não cotando com suas famílias. Deve chegar para a CST vinte mil trabalhadores para a fase de construção civil, que vão ficar em dois anos, que pode até permanecer. É uma

problemática violenta esta questão.

Você teve, na fase de construção da CST, de seis a oito mil trabalhadores. Agora são vinte mil para serem aproveitados, o que significa cem mil pessoas em média. Para aproveitamento de vinte mil essa expectativa deve gerar uma população em torno de sessenta ou cinquenta mil pessoas. É um negócio que é para amanhã. Hoje, veja pela invasão e notícia que se sabe através de jornal, que essas invasões que tiveram no manguezal do aeroporto, vários casos de pessoas que, para garantir seu espaço, vinham de Ipatinga, Minas Gerais de um modo geral, para poder garantir espaço de trabalho que deverá surgir na CST.

Nesse sentido é que estamos organizando agora esse seminário (inaudível) urbano e meio ambiente. É importante ter base e saber o que significa isso.

Só, rapidamente, uma sugestão para a Federação. É no sentido de organizar outro encontro para ser discutido, a questão de habitação. É fundamental e importantíssimo, para a Serra pensar no próximo passo é que os problemas habitacionais, a curto prazo, médio prazo...

O seminário vai desencadear muita coisa. Espera-se que desencadeie questão da saúde, da habitação, da educação, o que vai precisar? Escolas, o que vai trazer de útil. Realmente, se não houver um alternamento vai ser um caos. Acho que não é só na Serra; Vitória vai receber o impacto. Porque os investimentos da área industrial, grandes investimentos se (inaudível) da Grande Vitória já estamos garantidos. Já estão aí para investir no mínimo cinco milhões de dólares em três anos, no mínimo. Hoje, você tem cinco milhões de dólares para investir em cem, independentemente de qualquer estudo.

Essas projeções todas, acho que o Instituto dá para organizar para nós e para o seminário, posteriormente, Essas organizações comunitárias que é posse e conhecimento político que estão constantemente sendo colocados. Porque você tem dois milhões de dólares só na CST, mas um milhão de dólares só na carboquímica. As duas empresas, CST e Carboquímica, já davam para os cinco milhões de dólares. Fora as coisas paralelas que vão acontecendo, investimentos que independem muito de política nacional. Essa questão de carboquímica e siderurgia é uma decisão de política nacional. Agora, isso gera uma série de investimentos e realmente se não bem orientados logo terão problemas muito maiores do que estamos tendo hoje.

trolável . A coisa já está incontrolável.

A SRA. - Na verdade é importante que o movimento se antecipe. Hoje você não tem o que precisamente vai acontecer de uma forma precisa, mas as tendências para ver onde isso pode chegar. O importante é essa pressão para que se crie condições sociais. Ela vai se dar através de movimentos, porque se as coisas aconteceram sem nenhum nível de intervenção no movimento nesse processo, elas vão se dar naquela base, o menor investimento possível. A lógica é essa aí, maior investimento para proporcionar a expansão do capital, e o menor possível para criar condições de qualidade de vida da população.

Então, essa é a questão que só o movimento mesmo de posse dessas informações como processo, o que vai gerar tudo isso, e se antecipando a nível de pressão.

O SR. - Outra coisa que acho que o Instituto pode fazer é na questão do lazer. O lazer realmente não é previsto, Esse desenvolvimento industrial. Mas o que é lazer dessa população. Ela mesmo cria suas formas de lazer, um campo de futebol, um fóro. Inclusive, espaço para o lazer é preciso se pensar e reservar espaço para isso, É um tipo de estudo que precisamos. Que tipo de lazer deve ser projetado, onde deve ser localizado, equipamentos de lazer.

O SR. - Só mais uns dados recentes. Está sendo investido no corredor de exportação, no ligamento entre Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo. Já tem recursos na ordem de trezentos e cinquenta milhões de cruzados para viabilizar o leito da estrada de ferro. Está fácil de executar.

Esteve em Vitória, recentemente, uma missão americana que trabalha e tem interesse na fabricação de alimentos , manipulação de alimentos. Já estão estudando as possibilidades, as condições, com o advento do corredor de exportação, se preparando para investir nessa área. O custo realmente deve ser na Serra, mas pode ser em Vila Velha também. Possivelmente poderá ser na Serra.

A SRA. - Pedro, na questão do orçamento, como é esse Conselho Municipal? A proposta quem fez foi a Federação, e aprovada a lei na Câmara seria criada a Federação e organizar assembleia municipal de orçamento . Especificamente organizada para discutir orçamento, mas com a presença da federação do Executivo, Ela

coordenaria, indicaria as associações que iriam participar dessas assembleias municipais, com três representantes de cada bairro. Não seria conselho mas assembleia municipal de orçamento -AMO - e dentro ainda dessa assembleia teria uma comissão de fiscalização para acompanhar a associação nos recursos.

A SRA. - A proposta de vocês, nesse seminário, agora, criar ...

O SR. - A proposta é criar um tipo de conselho de desenvolvimento urbano, uma coisa em defesa do meio ambiente. A gente quer que esse seminário desembogue na criação desse conselho com compromisso com a prefeitura de legislação, IPDU, etc. Mas tem a legislação e vai ter o conselho.

A SRA. - Esse seminário vai ser quando?

O SR. - Agora, 4, 5 e 6 de dezembro. A Federação institui e a Prefeitura, na questão do orçamento, a AMO, não vai ser paralelo. A Federação vai estar amarrada de tal modo à federação, a federação inclusive habilita as associações. Os caras na prefeitura queriam uma lei que criasse o Conselho imediatamente. Queriam que o Estado criasse as assembleias, e nós rejeitamos. É um processo que vai criar essa assembleia. Correríamos o risco, com essa assembleia municipal, da federação desaparecer.

A SRA. - Então, a referência para a prefeitura passaria a ser o conselho.

O SR. - Outra coisa a dizer. A pretensão do seminário que está se fazendo aí é que saia essa proposta com relação, e que já saia um pré-conselho urbano de desenvolvimento. Temos que desembocar no seminário por isso. Se não chegar a esse ponto, não somente a legislação, um compromisso da legislação, de ordenamento, e esse conselho, porque sem isso para controlar não vai funcionar. Esse seminário é de uma responsabilidade muito grande. Está numa expectativa, e todo mundo já está sabendo.

O SR. - Como ele está sendo organizado? Vai ser palestra, discussão...

O SR. - Federação, Instituto e Prefeitura. (inaudível)

O SR. PEDRO - Já tenho estudado o MEP, pó-

lo carboquímico].

A SRA.

- Tem esse painel que está a cargo do Instituto para preparar. Mostraria o que está por acontecer em termos de mudança da realidade econômica, política e social da Serra. Tem três pessoas no Instituto, que são o Cláudio, a Célia e o André, que estão trabalhando em torno disso, com a contribuição de todos os técnicos. Eles vão mais é organizar, puxar as informações, procurar vocês, enfim, tudo que tem sobre a Serra no Instituto já produzido, e vão preparar esse painel, e vão recorrer a outros técnicos do Instituto. Eles estão encarregados de centralizar as informações, analisar, trabalhar, etc. E no caso tem a comissão de preparação, porque como o Instituto entra como promotor, também foi designada a Teresa, mais ligada ao departamento de comunicação. Teresa, duas pessoas da Federação e duas da Prefeitura.

**MEDEIROS**  
**FITA Nº1 – 06/11/87**

Medion

F I T A      N o      1

Dia 06/11/87

O SR. - A idéia é essa aí, Medeiros, esse estudo do impacto ambiental, impacto da expansão industrial. Já conversamos com Angela, da parte econômica, que fez uma visão histórica sobre o processo econômico do Estado.

Conversando ontem, e anteontem, com o Pedro, ele <sup>Bussinger fez</sup> deu uma análise sobre movimentos sociais, principalmente sobre com o que ele trabalha lá na Serra. <sup>Depois vamos</sup> Depois vou conversar contigo sobre parte política institucional, e outras coisas. <sup>Vamos</sup> Vou conversar com o Celso sobre a parte de demografia, <sup>e com</sup> e com alguém da área do meio ambiente. A idéia é chegar num roteiro de trabalho.

O SR. MEDeiros - Anotei algumas coisas. Tinha conversado com a Inês que, se fosse para discutir concretamente a Grande Vitória, do ponto de vista político, eu não era a pessoa mais indicada. Porém, se fosse para fazer uma discussão mais teórica, e dessa discussão teórica você discutir, inclusive, o que seria, ou o que se entende por uma visão política institucional do urbano, e a partir daí você tentar puxar uma agenda de estudos, uma agenda teórica, aí talvez desse.

Preparei uma coisa um pouco teórica, para dessa coisa puxar mos algumas preocupações de estudos e pesquisas de projeto mais do ponto de vista político institucional. Então, se eu ficar muito teórico, vocês cortem.

Pensei de batermos um papo sobre três coisas. Primeira, discutir a questão do Estado, porque quando falamos em perspectiva política institucional é preciso ter uma percepção do que é, e o que se entende por Estado, ligando essa percepção do Estado com uma visão do Estado e o urbano. A partir disso, o que seria a visão política institucional do urbano, essa visão que está surgindo aí no Brasil enquanto há posição das visões mais econômicas ou economistas. A partir disto, colocarmos uma agenda teórica sempre sobre o urbano, e por fim uma agenda de estudos e pesquisas, etc., aí mais pensando completamente no Instituto.

Então, dentro dessa linha gostaria de, primeiro, colocar sobre o que se entende sobre o Estado, Quando falamos sobre o Estado tem duas maneiras, pelo menos, de você estudá-lo. Uma seria o que nos convenciona chamar de visão dicotômica, que é muito a visão liberal, a vi-



são marxista, leninista, a visão que separa o Estado da sociedade. Então, a sociedade está aqui e o Estado está lá. Do ponto de vista político você se organiza aqui para tomar o Estado lá.

No decorrer do tempo, na medida em que a paridade caminhou e a teoria também caminhou, principalmente posteriormente ao surgimento do trabalho dos chamados grandes neomarxistas, começou-se a desenvolver uma visão do Estado contraposta a esta, que é o que se poderia chamar de visão relacional do Estado, ou visão antinômica do Estado, que vê o Estado como ampliado nesse sentido, como sendo resultante da sociedade civil mais a sociedade política.

Portanto, analisar o que não separa nesse sentido a sociedade do Estado, e o que é importante, que parte do pressuposto, portanto, de que o Estado, se ele está em relação permanente com a sociedade, é uma condensação de forças sociais, ou ele é uma expressão de correlação de forças que existe na sociedade. Nesse sentido ele não é uma coisa exterior aos processos sociais, mas uma relação contraditória.

Na medida em que entendemos o Estado como relação, como o conjunto da sociedade civil mais a sociedade política, expressando uma correlação de forças, significa também que as forças da sociedade, que não estão organizadas, elas estão "fora do Estado"... Por exemplo, um dos grandes desafios da política brasileira hoje, acredito, como é que você incorpora essa parte da sociedade brasileira que não está organizada ao processo político, ela não está incorporada ao mercado e nem ao processo político. Então, é a parte da população que está mais sujeita ao colchão, ao filtro.

Quando se fala em Estado como correlação de forças, de certa forma se está excluindo essa parte da sociedade. Você falaria, então, na população e dentro da população; você falaria na sociedade civil se referindo à parte organizada. E, essa, sim, é que teria expressão no Estado. Você pode chamar do povo não integrado, ou se preferir "marginais". Não estaria contemplado, e essa relação contraditória e essas forças que expressariam, ou seria expressado no Estado.

Se entendemos o Estado desta forma, então precisamos entender o Estado simultaneamente como dominação. Ou seja, na medida em que você fala para o Estado ele é uma expressão de uma correlação de forças, e ele é, portanto, um pacto de dominação numa sociedade desigual. Quan-

do você fala em dominação, você está falando em poder de Estado, significando o poder de Estado, o conteúdo das políticas públicas,

Então, se quisermos estudar concretamente quem manda em quem, quem tem proteção sobre o que, temos que estudar o conteúdo das políticas públicas concretas para, então, tentar perceber que pacto de dominação é esse, e conceber o Estado também como uma organização completa, como conjunto de aparatos e de aparelhos.

Onde está esse poder de Estado que expressa aquela correlação de forças que vai penetrar com suas demandas distintas, o que vai também nos permitir dizer que o Estado nesse sentido não é homogêneo. Quer dizer, no sentido de que não necessariamente esse aparato do Estado represente o mesmo interesse daquele outro. Pode ser que o Executivo represente um conjunto de interesses, o Legislativo represente outro; o Judiciário outro; os governos estaduais outro, etc.

É preciso que vejamos não só o conteúdo das políticas públicas se queremos entender o pacto de dominação com relação de forças, mas também onde essas políticas estão sendo formuladas, e por quem. Então, a preocupação é completa.

Agora, essa operação completa do Estado enquanto parte de dominação e correlação de forças enquanto conjunto de aparatos, ela seria, então, ou teria duas determinações importantes para entendermos: a determinação da relação estado-sociedade, e a determinação da dinâmica interna dos aparelhos de Estado. Por sua vez, tanto essa relação do Estado e sociedade quanto essa dinâmica em termos dos aparelhos tem essas dinâmicas explicadas por uma contradição básica, que é importante depois trazermos isso para o urbano, que é a contradição entre o objetivo de acumulação do Estado e o objetivo de legitimação.

∞ O Estado, ao mesmo tempo, precisa, dada a correlação de forças capitalista, apoiar o processo de acumulação capitalista, e ao mesmo tempo precisa criar mecanismo de legitimação política, que muitas vezes são mecanismos que o levam a desenvolver políticas sociais, por exemplo. Essa contradição, legitimação e acumulação, vai fazer, com o decorrer do tempo, com que o Estado assuma cada vez mais a característica de Estado intervencionista, intervindo diretamente na economia e nas relações de produção para apoiar o processo de acumulação e baixar a tendência da taxa decrescente de lucros numa acumulação capita-

lista.

Aí vem um dado importante, para depois ser puxado para o urbano. Seguinte: essa intervenção do Estado vai gerar um fenômeno importante, que é o fenômeno da privatização do público e da politização do privado. Ou seja, quanto mais o Estado intervém para apoiar o processo de acumulação, e também, do outro ponto de vista, para gerar bens de consumo coletivo e reproduzir força de trabalho, mais a separação, entre Estado e sociedade, como era vista anteriormente, se torna tênue. Ou seja, cada vez mais se torna difícil você estabelecer onde termina o público e onde começa o privado.

Aí é que vem um fenômeno importante, que é o fenômeno do surgimento dos desenvolvimentos sociais urbanos e rurais, e de todos envolvimento de embate com o Estado, pois na medida em que ele intervém demais, tudo passa a ser problema do Estado, e todo embate tem, em última instância, uma relação com o Estado. Então o que significa isso, em última análise? Significa que você potilizou o social.

Então, queria reter para se discutir, depois, esse negócio da politização social, que vai ter uma repercussão muito grande no processo de desenvolvimento urbano, principalmente. Quando entendemos o Estado assim - e para terminar essa designação sobre o Estado - significa que não podemos determinar, a priori, a quem o Estado serve, pois você dizer que o Estado capitalista é um Estado de classe já é uma calcologia que o marxismo já colocou e já explicou; a essência do Estado.

"Então, não basta você dizer que o Estado é um Estado de classe. É óbvio que ele é! Se ele é um Estado capitalista, ele é um estado da classe capitalista. Mas é preciso que se dê um passo adiante e ver como ele é o Estado de classe, como ele opera concretamente a serviço desta ou daquela outra classe. Porque nem sempre ele age só a serviço da classe dominante, exatamente porque ele precisa ter legitimidade."

"Então, é um jogo entre atender este ou aquele outro interesse. É insuficiente dizermos que o Estado, por exemplo - para usar a expressão de Marx no manifesto comunista - é o comitê executivo da burguesia. Isso passa a ser, no Estado moderno, uma afirmativa insuficiente, porque nem sempre, concretamente, ele é, embora a longo prazo ele acabe atendendo aos interesses capitalistas. É claro, porque o Estado é capitalista. Então, você roda em círculo se você continuar dizendo

isso.

É importante, por causa disso, entendermos cada conjunção histórica. Ou seja, seria ahistórico você dizer isso. Precisaríamos ter uma preocupação histórica e analisar o Estado concreta e historica mente. Isto significa ter uma análise do padrão de produção naquela so ciedade, ter uma análise da estrutura de classe. E aqui já vai uma pau ta de preocupação, uma análise da estrutura de classe, uma análise das relações de classe, e uma análise da organização política específica nessa sociedade. É essa análise (inaudível) de produção, estrutura de classe, relações de classe e organização política, que vai determinar a direção do processo de desenvolvimento . Se você fizer uma análise dessa natureza você vai poder perceber para onde o processo de desen volvimento está indo, e a serviço de quem.

Agora vamos tentar fazer uma ligação do Estado com o urba no. Vamos puxar principalmente esse gancho lá de trás, ou seja, do in tervencionismo estatal, o que significa que o Estado cada vez mais in tervém nas relações de produção e no processo de desenvolvimento. E, então, vai uma hipótese para as pessoas que estudam o urbano.

Seriam duas as hipóteses: primeira, é a de que há, na socie dade brasileira, uma generalização do urbano no sentido de que o espa ço brasileiro passa a ser um espaço nacional. Aquela acumulação de ca pital capitalista, aquele intervencionismo estatal que se deu no Brasil a serviço de uma modernização conservadora capitalista acaba homegenei zando, do ponto de vista do espaço, as reações capitalistas e quebrando dicotomias do tipo rural, urbano , intraurbano, interurbano , etc. Daí a hipótese de que você homegeneizou o espaço, do ponto de vista de que você homegeneizou nos circuitos da acumulação capitalista e, portanto, quando falar no urbano você vai falar na totalidade social, e não que existe um rural, um urbano, etc.

Portanto, a idéia de falar a relação de Estado e urbano é falar que vivemos numa sociedade urbana e que, portanto, no Brasil, hou ve uma modificação nesse sentido, nas relações territoriais com as re lações de poder. Quer dizer, as relações território-poder se modificam no Brasil na medida em que a base do poder deixa de ser urbano, agrário, rural, no sentido passado, para ser uma base urbana. Isso então bem no bojo, no Brasil da chamada modernização conservadora capitalista, que

se inicia nos anos 50 e é aprofundada pelo regime militar, e está sendo aprofundado até hoje.

O que levou o Brasil a uma redefinição radical - eu enfatizaria essa palavra, radical - das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais. Você, hoje, teria, no Brasil, estruturas sociais e econômicas, políticas e culturais totalmente distintas das que você tinha há mais ou menos trinta anos, e o que caracteriza essas novas estruturas é que o urbano, naquele conceito de generalização do urbano, seria um fócus privilegiado da produção e reprodução das condições de existência, portanto, do desenvolvimento das forças produtivas, o padrão de relações sociais de produção, e de relações sociais em termos gerais.

Então, a urbanização nesse sentido é um instrumento de integração do país no sistema capitalista, num modelo de modernização capitalista sustentada pelo papel do Estado, aí me referindo, outra vez, à questão do intervencionismo no Estado.

Mas o que isso significa do ponto de vista do espaço? Isto significa uma coisa importante: que o espaço dá a forma e conteúdo ao movimento da sociedade, e que ele é elemento constitutivo da urbanização, e não vice-versa, "porque é um fenômeno que vem de dois processos que se interligam: o fenômeno da homogeneização do espaço - aquilo a que eu me referia, a espaço nacional - e o fenômeno funcional dos diversos setores da economia: setor competitivo, setor monopolista, etc. De tal maneira que é o espaço que vai dar forma e conteúdo ao movimento da sociedade, vai ser elemento construtivo da urbanização, e não reflexo da organização.

Quando falamos no espaço dessa forma, estamos sempre nos referindo ao estado urbano. Estamos dizendo que o Estado é político, estratégico, e é ideológico na medida em que estimula alguns sistemas de interações, que vão mostrar como as interações no Brasil, hoje, são diferentes. Por exemplo, você pegar as relações sociais do Brasil, a grosso modo vai verificar que os laços de solidariedade em que se davam as relações sociais se modificaram no sentido de que a sociedade deixa de ter laços paroquiais para ter laços coletivos nacionais. O seu padrão de referência, em termos de laços de solidariedade, passa a ser muito mais a classe social e muito menos o sentido primitivo da vila, do povo-

ado. /

Então, isso significa que o sistema de interações sociais se modificou radicalmente. E do ponto de vista econômico também há predominância do modo de produção capitalista, monopolista, tecnológico-financeiro, onde a criação de valor para acumulação do capital se dá não apenas na produção mas também na esfera de circulação do capital, e na esfera da distribuição do consumo. Daí outra vez voltando à idéia do espaço nacional, a idéia de integração, de homogeneização do espaço, porque você precisa criar valor através também do circuito de circulação. Então você precisa, por exemplo, estimular cada vez mais a construção de rodovias, de sistema de comunicações, de portos, etc., para dada vez mais o sistema de produção do valor estar integrado num espaço só. Então isso dá uma nova base econômica.

Do ponto de vista político é fácil perceber, e é óbvio, nas cidades brasileira, processos novos de politização e organização dessas sociedades. O problema grave desse ponto de vista político é que a chamada sociedade urbana está subrepresentada no que diz respeito ao poder político. Exemplo: um voto do cidadão de Rondônia vale o mesmo voto do cidadão de São Paulo. Então, essa nova configuração de espaço nacional urbano não tem uma contrapartida de representação política no país, e este é um problema que podemos discutir mais na frente.

Por fim, interação do ponto de vista cultural, E aqui me refiro mais à difusão no país daquilo que podemos chamar de valores burgueses. Valores burgueses no sentido da predominância do valor do mercado. O seu valor passa a ser o acesso ao mercado e às mercadorias.

Valor burguês no sentido, portanto, do consumo, e valor burguês no sentido da propriedade privada. E, esses valores estariam difundidos pela sociedade como um todo outra vez também pelo que nós chamávamos, anteriormente, do rural. "

Na medida em que esses sistemas de interações se modificarem é que podemos constatar que você pode chamar isso de uma sociedade urbana. E daí aquela hipótese da generalização do urbano. E também fazermos essa relação estado-urbano no sentido de dizer que o urbano é todo espaço nacional. Portanto, a relação estado-urbano é que ele conforma o Estado, no sentido final de que na verdade a "rede urbana" é o esqueleto produtivo da Nação. Enfim, para dar essa idéia da generali-

zação do urbano.

Caminhando mais um pouco fizemos uma pequena digressão sobre uma visão do Estado. Discutimos um pouco a partir dessa visão, uma relação estado-urbano, uma hipótese da generalização do Estado urbano. Agora, o que seria uma visão político institucional do urbano? Eu diria o seguinte: a visão política e institucional do urbano é exatamente essa visão desse sistema de interações sociais, políticas, econômicas e culturais que conforme o Estado nacional.

Bom, essa visão é válida e é abrangente, adotá-la significa o seguinte: primeiro, que temos de superar, do ponto de vista prático e teórico, trabalhar com dicotomias do tipo " aqui está o urbano? lá está o rural? aqui está o intra-urbano, lá está o inter-urbano" e assim por diante. Na medida em que essas gerações se generalizam pela sociedade, significa também entender quais são as relações espaço-poder, em que medida essa totalidade social Brasil é realmente uma totalidade urbana e uma totalidade social.

Significa, em terceiro lugar, que não deveríamos falar em política urbana mas em políticas de urbanização, o que é bem diferente, no sentido de que a política urbana tradicionalmente se refere à intracidade. Depois, entender que o problema da visão política institucional é uma visão da gestão urbana. Parece que isso é uma coisa que falta no Brasil. Você tem uma visão da gestão urbana, o que implicaria, portanto, em você ter uma visão não funcional da cidade, aquela visão tradicional, funcional da cidade, mas ter uma visão da cidade como totalidade social. O que significa que se você tiver visão da cidade como totalidade social você extrapola limites administrativos tradicionais. Por exemplo, em Salvador inventaram um nome : espaço perimetropolitano. Que significa, depois de explicado, que Salvador polariza uma área que extrapola a área administrativa da região metropolitana administrativamente definida. Então, isto seria, a exemplo dessa tal visão da cidade não como visão funcional da cidade mas como totalidade social.

Isso tem um complicador do ponto de vista completo. Como você vai delimitar o perímetro urbano, onde acaba essa e onde começa a outra cidade? Mas, enfim, tentaram levar para a Constituinte e, obviamente, não passou.

Outra questão também implica em tratar da organização governamental. Quer dizer, dentro dessa idéia de entender o urbano também como gestão urbana. A idéia, como gestão governamental brasileira, não reflete aquilo que chamamos de sociedade urbana. Por exemplo, o próprio esforço de criação do MDU. Não é com esforço que se dá nessa visão de gestão urbana. É muito mais um esforço outra vez dentro de visão funcional e setorial da cidade, e não espacial das coisas. Quer dizer, a idéia, então, de que a organização governamental brasileira está de certa forma descolada dessa realidade urbana, e que uma das formas de encaminhamento disso, obviamente, é você recuperar o sentido do federalismo e, portanto, a questão da descentralização efetiva. Isso implica, também, numa coisa interessante que vou chamar de questão dos foruns de decisão. Por exemplo, o problema sério no Brasil como há o descolamento da organização governamental do processo urbano. Aí, quando o cara tem um problema de transporte urbano ele vai recorrer a quem? É o governo municipal, é o governo metropolitano, é o governo estadual, é o governo federal. Ou seja, ele não recorre a ninguém, e o problema acaba não sendo resolvido, ou então ele recorre a uma instância que não tem poder de decisão para resolver aquele problema.

Então, seria essa idéia de pensar como se adequar a organização governamental a esta visão de gestão urbana; gestão urbana entendida dentro dessa visão política institucional, e não uma visão de administração da cidade.

Em última análise, fazendo outra digressão teórica - para não perder o costume - essa visão de gestão urbana e esse descolamento entre a política e a sociedade, quer dizer, você tem uma sociedade urbana, você tem um nível político que não acompanha as mudanças da sociedade. Significa que temos que pensar como adequar, como se encaminha no Brasil a uma mudança naquilo que podemos chamar de estruturas de solidariedade, quer dizer, ao processo de relações subsidiárias.

É claro que isso mudou, porém, ao mesmo tempo não houve uma mudança das relações de autoridades. Digo, a sociedade mudou mas o Estado, enquanto instituição, não acompanhou essa mudança. Portanto, não se está dando conta dessa sociedade urbana. Quero dizer, é claro, que o Brasil - e eu acho que o Espírito Santo - caminha - nisso ele claramente passa. Deixa de ser, nos últimos trinta anos, uma sociedade



que poderia ser chamada, do ponto de vista antropológico, de sociedade patriarcal, sociedade de compadrio, sociedade da vila, sociedade do jeitinho. Não são forças características desse tipo que se dão. É uma sociedade de massa, uma sociedade capitalista onde as relações de assalariamento se generalizaram, etc., etc.

O problema que gostaria de colocar é de como você adequa o político a essa nova sociedade, ou seja, o Estado a esta nova sociedade, as estruturas de autoridades a essas estruturas de solidariedades. De ponto de vista do urbano, isso parece nos remeter à questão de que resolver isso não significa você permanecer na idéia de política urbana, mas significa você caminhar com a idéia de políticas de organização. Várias políticas intervindo em vários setores, e não apenas dentro da cidade. A grosso modo, isso seria uma visão política institucional do urbano.

— Antes de entrar numa agenda de estudo para discutirmos, gostaria de colocar uma preocupação metodológica, mas como sugestão para pensarmos. O primeiro desafio do ponto de vista teórico é como enriquecemos a análise do urbano, de tentando diferenciar os objetos de análise. Isso quer dizer o seguinte: seria o caso de termos, por exemplo, essa diferenciação feita de três formas. Você falar, em primeiro lugar, numa economia política urbana. Quando você fala em economia política urbana, você está falando na análise do significado do espaço para acumulação do capital. Aí já tem um gancho para pensarmos em algum estudo.

Depois, poderia se falar na sociologia do espaço, que se referiria na análise do significado da concentração espacial para as relações sociais. Quer dizer, que implicação tem a concentração espacial para as relações sociais. Exemplo: aquela idéia, se não me engano, é do Caio, fala isso. Quando você concentra, quando você adensa, você sai de um tipo de solidariedade social, que eles chamam de mecânica, quer dizer, unívoca, com um tipo de solidariedade orgânica diversa, etc. Seria você estudar coisas desse tipo. Que padrões de relações sociais, se existem em função daquele adensamento.

Por último, falarmos numa sociologia urbana propriamente dita, que se referiria estudarmos e compreendermos como se dá o processo decisório nas áreas de bens de consumo coletivo.

Então, seriam três coisas: você estudar economia política

da urbana, quer dizer, o significado do espaço para o processo de co-  
lação; você fazer uma sociologia do espaço, o significado da concentra-  
ção espacial com as relações sociais; e você ver como nos bens de consu-  
mo coletivo se dá o processo decisório. Na medida em que você vá na ter-  
ceira vertente, se você analisar o processo decisório dos bens de consu-  
mo coletivo, você estará propriamente no campo que se convencionou  
chamar urbano, verificando, portanto, quais são as relações de poder no  
urbano, já que os bens de consumo coletivo convencionalmente se dão no  
urbano.

Isso, no ponto de vista teórico. Agora, queríamos fazer uma  
colocação metodológica: até que ponto é possível - podemos até tentar  
trazer isso para o nosso caso - no Estado do Espírito Santo, na Grande  
Vitória, no Instituto Jones Santos Neves, você poder falar do ponto de  
vista metodológico, de uma metodologia que vamos chamar de ação e par-  
ticipação.

Os planos físicos, vamos supor que plano físico é um dos  
objetivos de órgão de integração no urbano, como pode ser o resultado  
de objetivos econômicos e sociais, ou seja, como os planos físicos po-  
dem efetivamente configurar a implementação física, objetivos econômi-  
cos e sociais? Essa seria a indagação. Isso requereria pensar o plane-  
jamento não necessariamente em plano de diretor, por exemplo, mas seria  
pensar o planejamento com três objetivos. Primeiro, teria que ter o ní-  
vel local; segundo, teria que ter três objetivos: o aumento das capa-  
cidades produtivas naquele espaço, administração da pobreza e da desi-  
gualdade. E, para isso você teria que ter, além de outras, cinco opera-  
ções distintas do ponto de vista metodológico. Primeiro, uma operação  
de "reconhecimento". Seria você verificar, em resumo, quais são as  
características da cidade e o caráter das aspirações dos grupos so-  
ciais que habitam essa cidade. Então, reconhecer a cidade seria verifi-  
car suas características e as aspirações dos grupos sociais que habitam  
nela.

Depois, você tentaria desenvolver um conceito - chave para  
aquela cidade, que seria você tentar perceber, dada aquelas caracterís-  
ticas, dadas aquelas aspirações, qual é o papel da cidade no contex-  
to regional e nacional, e quais são os seus problemas em função desse  
papel.

Em terceiro lugar, seria uma necessidade, ainda nesse ponto de vista metodológico, de se ter programa de ação, de intervenção naquela cidade, aí com a preocupação de conectar e coordenar as estratégias setoriais de intervenção naquela cidade.

Em quarto lugar, uma preocupação em definir quem vai desempenhar qual papel, ou seja, muito mais uma preocupação dos organismos governamentais e muito mais uma preocupação de garantias, a implementação do planejamento na medida em que você definiria claramente quem vai fazer o que, para se ligar sempre o planejamento à implementação.

E, quinto, a idéia de se desenvolver alguma coisa que pudesse realimentar o processo, no sentido de você trazer, portanto, o planejamento, a idéia do reaprender sempre, reavaliar sempre e modificar sempre, conseqüentemente. Então, seria uma coisa que gostaríamos de colocar em discussão, no ponto de vista teórico e metodológico.

No ponto de vista de uma agenda concreta de estudos, gostaria de deixar em aberto que poderíamos discutir junto, em função do que foi discutido até agora, mas gostaria de adiantar algumas coisas que seria o seguinte: em que medida é possível ligar o conhecer com o intervir na realidade? Que medida é possível para ligar essas duas coisas, ligar uma preocupação com o estudo, pesquisas, projetos, com uma preocupação concomitante de subsidiar formulação e implementação de políticas públicas concretas.

Na linha do conhecer, proporia o seguinte: que medida seria possível desenvolver - alguns estudos ou pesquisas dos projetos - nas seguintes áreas, pegando aquela idéia lá de trás, da conjunção histórica. Seria o seguinte: a estrutura e as relações de produção. Qual é a estrutura de produção, quais são os padrões de produção que se dão na Grande Vitória? Que processo de acumulação aconteceu aqui que gerou estrutura produtiva? Como se dá a produção do valor na Grande Vitória? Se dá na esfera da produção ou na esfera da circulação? Que tipo de setores econômicos, ou seja, o setor produtivo também não só no ponto de vista tradicional de setor econômico. Talvez também uma análise de classes. Classes no sentido de não só entender a estrutura de classe, mas também de entender as relações de classe. E aí, voltando na metodologia, a intenção de entender quais são as aspirações dos grupos sociais que moram na cidade. Planejar para quem? Abrindo um parênteses

no que foi feito, o Instituto recebe (inaudível) Tem ainda, acho que foi a última ou penúltima dos novos estudos. Cebrap, um estudo de classe social que foi feito na Bahia.

x Depois que estudarmos a organização política específica daquele espaço, como se dá a mediação de interesse, como os interesses se articulam, quem tem forças sobre quem, esse tipo de coisa. E, dentro dessas relações políticas, as relações institucionais no sentido não, apenas nas instituições do governo, mas também das instituições da sociedade. Que instituições naquela sociedade, tem poder sobre o quê? Enfim, seria isso que proporia. E, como podemos ligar isso a essa discussão metodológica do reconhecer, de ver o papel da cidade, as características da cidade, o estudo da cidade, as aspirações dos grupos sociais e a necessidade de implementação, intervenção e reavaliação permanente. Enfim, seria isso, rapidamente, que anotei para colocar. Talvez pudéssemos discutir alguma coisa.

O SR. - Esse tipo de estudo não existe. A estrutura de análise de produção na Grande Vitória, análise de classes, organização política do espaço... nada feito para a Grande Vitória, para o Estado.

O SR. - Que eu conheça não : Tem um problema seriíssimo, aqui no Espírito Santo. Estava vendo aquele trabalho "Espírito Santo no Século XXI" níveis de renda (inaudível) claramente. Desde 1980 se faz estudo, ou pouco estudo está escrito. Portanto, isso tem sido, inclusive, um problema para o "Século XXI". É uma questão seriíssima; você perde a base de estudo, com isso você perde o conhecer. Como você vai intervir? Não sei, talvez vocês conheçam mais do que eu.

A SRA. - No "Século XXI" tem esse tema. Três pessoas trabalharam análise de classes, mas negócio feito em dois meses, ainda não vi. Estou até interessada em estar lá no dia do debate, mas é um estudo muito rápido. Não sei se é possível, num tempo tão curto, é um aprofundamento muito atropelado, sem articulação uma coisa com a outra. Na verdade é que realmente Vitória... É bom lembrar que ele é o grande responsável por isso. Exatamente a partir do final de 79 para 80, quando em Vitória houve o maior processo de mobilidade no setor arte-política, e muitas outras coisas a nível de pesquisas bá

sicas (inaudível) Não é uma coisa absurda. Claro, quer dizer que explodiu o lado de cá, o técnico-científico se eletrizou completamente, é um ressentimento porque onde fica muito difícil. Fica muito na questão intrínseca, no " ai eu acho; de repente se acha que é assim..." Este é um problema seriíssimo. Várias coisas dessas você tem que preparar para a construtora também...

O SR.

- (pergunta inaudível)

O SR.

- Quero dizer o seguinte. quan

do falo para você ter uma visão de gestão urbana, você ter aquela visão que costumamos chamar de visão política institucional, a visão de que para você gerir o urbano teria que ter a preocupação daqueles quatro sistemas de interações sociais, políticas, econômicas e culturais. Portanto, não ter a visão do urbano como um lugar de investimento, como parece que tem sido a visão predominante no Brasil, a lugar de investimento de produção, ou seja, visão econômica do espaço, ao passo que se você desenvolve essa visão de gestão, você passa a inserir essa preocupação espacial no processo decisório, porque envolveria, por exemplo, no ponto de vista de organização rural-governamental, você contemplar inclusive a organização governamental ... preocupadas não com setores mas com espaço, por exemplo.

Agora, isso envolveria também você criar níveis onde fosse necessário poder espaciais. Por exemplo, será que a Grande Vitória requereria ou não o nível de poder. Em que medida no Brasil as regiões metropolitanas que foram criadas por decretos (inaudível) e tem sido a bens dos Estados, elas deveriam ou não ser de instâncias de poder executivo, poder político, com câmaras metropolitanas ou o modelo político que cada Estado exercer. Essa coisa é uma montagem interessante para pensarmos. Se a Constituição permanecer como está, parece que vai prevaler a idéia de que cada Estado faz o seu modelo. Então, esse é um pretexto para pensar, e de repente pode-se até discutir qual o modelo de gestão do Estado do Espírito Santo, Por quê ?

Se vai ter uma região metropolitana na Grande Vitória, uma câmara metropolitana, ou você vai ter o pessoal móvel de iniciativa. Que papel vai ter o Espírito Santo com inovação. É o que a Grande Vitória (inaudível) totalidade (inaudível) Grande Vitória ou já vai a Aracruz, Guarapari. Isso são coisas que voltam só o ano que vem, essa

discussão. Em cada Estado se prevalecer ou ficar (inaudível) com Fernando Cabral cada Estado vai ter que pensar o seu modelo (inaudível)

A SRA. - Cada Estado vai se definir por suas regiões? Vai definir o modelo?

O SR. - O modelo que falo não é o modelo de gestão de organização.

A SRA. - Pensei que fosse continuar da mesma forma como é o conselho consultivo e deliberativo, sem poder legislativo.

O SR. - Só para terminar o que ... falou, uma idéia que eu defendo é que um dos problemas da política urbana é que ela não tem essa preocupação de gestão urbana. Portanto, ela é uma política sempre com preocupação setorial ; ela não tem a preocupação de gerir o espaço como totalidade. Ela vem aqui por habitação e não tem essa preocupação do espaço, com relação, inclusive, ao que extrapola a cidade.

O SR. - Acho que a velocidade em que as coisas acontecem impossibilitam se confirmar essa expansão industrial daqui a vinte anos. A população da Grande Vitória mudou. Esses estudos que você faria, de entender de espaço, poder, organização institucional, daqui a vinte anos não será mais nada; você está estudando e a realidade está mudando mais rápido do que você está entendendo.

O SR. - Nada te impede, voltando aquela metodologia. Se você concorda em parte pelo menos, nada te impede que faça as duas coisas paralelamente: que você possa fazer uma leitura da cidade por quem conhece a cidade, dentro daquela idéia de você perceber as características da cidade. Na Grande Vitória tudo bem; é necessário o estudo para você saber se aquele ou outro bairro é de qual ou qual... (inaudível) social. Você pode fazer isso com leitura mesmo com visita, definindo alguns critérios, por exemplo, por equipamentos sociais. É claro que vai ser um negócio a grosso modo, mas dá para fazer.

Acho que se pode fazer esse reconhecimento, a grosso modo, pelas pessoas que entendem da cidade, que trabalham na cidade, e paralelamente a isso você tentar gradativamente criar um processo de conhecimento mais profundo. Por exemplo, você leu que a cidade é assim mas tem uma dúvida no bairro tal, ou das gerações que predominam, etc.

Então, vamos estudar esse bairro mais a fundo, ou vamos estudar pela cidade mais a fundo. Acho que as duas coisas precisariam de ser feitas. É claro que não podemos também nem parar para pensar. Você falou sobre essas coisas que estão acontecendo.

E nem tentar engessar a realidade. A realidade vai ter que se conformar a isso aqui. Mas tenho a impressão que dá para entenderas duas coisas ao mesmo tempo, conhecer ou intervir, etc., sem muita sofisticação metodológica.

O SR. - Agora nesse nível aí que você apontou é questão da coordenação de questão político administrativa (inaudível) num trato para fazer nova política administrativa. Tem outra visão que é a postura técnico científica nele que diz o seguinte:

O SR. - O que você chama de postura técnica científica? É a visão do ponto de vista onde implantamos o técnico público, A gente implanta (inaudível) É o nosso trabalho, é um trabalho técnico científico.

O SR. - Quando você fala em visão política?

O SR. - Política administrativa em questão à postura do Estado, à questão dos partidos, etc.

**MEDEIROS**  
**FITA Nº2 – 06/11/87**



Medeiros

F I T A      N o      2

Dia 06/11/87

E a outra faceta a nível de Grande Vitória é a questão (inaudível)  
Ele pediria duas coisas: uma, é você ter uma visão de política de orga-  
nização. É para se que (inaudível) a nível de organização de imatura-  
ção da sociedade. Que se acha desses níveis de engajamento de conheci-  
mento (inaudível) E a outra coisa seria o tipo de postura, na sua opi-  
nião mais prática, da relação que se tem com a sociedade civil para que  
as coisas, que tipo de ação devamos ter (inaudível) para o fortale-  
cimento, para o entendimento maior dessa (inaudível)

O SR. - Existem algumas coisas. Pri-  
meiro, essa metodologia de ação do Afonso. Esqueci de falar uma coisa.  
Ela só dá certo se as organizações governamentais tentarem trabalhar no  
que vou chamar de organizações populares. Entendemos populares mesmo, e  
populares entendemos organizações representativas de segmentos (inaudí-  
vel)

Acho que o Instituto, no passado, no PDU, fez uma tentati-  
va de (inaudível) por aí pelo menos quando ele estava pronto se ouviu,  
se discutiu... Continua funcionando com um conselho.

A questão que quero ouvir de você é como tornar isso um tra-  
balho permanente - aí que está o detalhe - sem optar nas organizações da  
sociedade civil. Porque a meu ver o que tem ocorrido no Espírito Santo,  
e no Brasil afora, é um... de computação. Portanto, se você trabalha por  
computação você tem a confiança desse organismo. Toda vez que ele vai se  
reunir com técnicos do governo ele vai com "um pé atrás". Não dá para pla-  
nejar juntos; não há confiança.

Uma coisa para discutirmos é como seria possível você se  
(inaudível) se pudesse fazer com que os órgãos governamentais trabalhas-  
sem de modo permanente com órgãos de suplementações da sociedade civil,  
principalmente as organizações populares.

A segunda coisa se refere ao papel técnico. Esse negócio de  
dizer que o técnico aqui e o político para lá (inaudível) O técnico é  
um ator político; quanto mais há intervencionismo estatal na sociedade  
como um todo, num Estado, num município, mais ele tende a ter poderes.  
Ele é até irreversível. Agora, o problema é o seguinte: como o técnico  
vai usar esse poder e vai atuar como mentor político?

O SR. *Roberto* - Acho que o técnico tem que  
ter uma posição política clara.

O SR. - Quando se falou na participa-

ção da organização da sociedade? Acho que além de trabalhar juntos, uma tarefa é tentar conhecer o que ela pensa, para conhecer o que ela pensa, e não necessariamente precisar fazer uma assembléia ao poder... Você não decide nada.

O SR. - A questão é criar canais e criar fórmulas de conhecer, não no sentido de ficar fazendo uma pesquisa atrás da outra, mas no sentido de você aprender realmente o que se está passando no cotidiano da população.

Acho que esse é um dos assuntos para ir direto ao ponto que você colocou no início: o técnico. Como o técnico desenvolve mecanismos e canais para que isso ocorra.

A SRA. - Os canais é que são suficientes para a população organizada. Dessa organização tem população; é uma organização muitas vezes partidária também.

O SR. - Partidária ideológica.

A SRA. - (trecho inaudível) Como é produzido. Isso se começa a produzir. Você começa um trabalho em Vila Velha, por exemplo, trabalho que você imaginava que tivesse a participação para quando (inaudível) que organização é esta.

O SR. - Pois é mais a questão. Por isso comecei, lá atrás, com o negócio do espaço com relação ao (inaudível) é que meu ponto-de-vista. Se o órgão de planejamento urbano, no caso, não conhecer em que correlação ele está atuando, a possibilidade do que ele faz daqui para a frente é muito diminuta. Já foi no passado e continuará sendo mesmo no período autoritário (inaudível)

O SR. - É por isso que insisto nesse seminário da Serra. A indústria tem que estar no seminário, porque ela é muito forte na Serra. Assim como discutimos o plano, como o Sindicato da Construção Civil, artigo por artigo, para eles conhecerem mais por trás, para fazermos um trabalho demonstrando o plano em Jardim da Penha, para conseguirmos o apoio popular na Câmara, na Serra, qualquer coisa que se fizer vai ter que ter empresário industrial, ou vindo. Não tem jeito de evitar isso não.

O SR. - A proposta que fizemos lá é questão um pouco diferente. Acho que na Grande Vitória a coisa é muito fácil; não é tão difícil saber quando você faz um trabalho urbano com

quem você vai mexer. Acho que na Serra, é claro; Vila Velha também.

O SR.

- Ontem tive um exemplo que foi realmente o que está falando nessa questão do Estado e capital o que foi realmente "um barato". Digo feio mas... Fomos convidados para conversar um pouco lá na Serra, bastante tranquilo, pacato. Aí resolveram instalar uma indústria de concreto, manipulação de concreto. O pessoal está batalhando. Sábado fizeram uma passeata pacífica, "numa boa", depois nos chamaram para ter uma reunião com o pessoal da indústria, e chamaram também o Secretário de Saúde e o Departamento de Divisão Meio Ambiente.

Quando chegamos lá fomos informado de que apreenderam o diretor da Associação por causa da passeata. Esperamos, e aí chegou o pessoal da indústria.

O que enrolou realmente nessa relação foi a intervenção do Estado. Mas o fato é que prenderam o cara que ficou detido umas duas ou três horas; o do capital, do movimento social organizado, e a Mesa. Foi, assim, um exemplo evidente, claro, das forças sociais do capital-Estado, do próprio Estado, mesmo enquanto no poderpolítico e a população do outro lado.

E a população decidiu: "não queremos nem esta nem nenhuma indústria aqui. Se construir nós colocaremos fogo. De espécie alguma! Nem de vela, de gilete, de concreto; não queremos nada, nada, nada."

Então, o nível de organização realmente é um negócio que achei uma força das pessoas. Mais de cem pessoas com raiva e vontade de quebrar a cabeça desses políticos.

O SR.

- Esse processo de organização no Brasil é incrível. Por exemplo, um negócio incrível no Brasil é a sindicalização rural. Se não me engano já em 1983 tinha, em termos quantitativos, oito milhões de sindicalizados. Em 1976 eram três milhões. Quer dizer, é um crescimento, é a programação de sindicalização e de organização, principalmente de fórmulas de lutas diferentes das / formas pelegas, cooperativistas, etc., muito grande. A questão também é que dada essas práticas, tradições de computação, há uma desconfiança da população.

O SR.

- Mas a postura é muito forte! Quando fui lá, ontem, colocar para as pessoas que a questão era mais para o meio ambiente, mas colocar a questão como se não tivésse-

mos legislação do solo... Quer dizer, isso é um problema sério. Problema sério falando do ponto de vista administrativo. Você não pode instalar tanto uma usina nuclear quanto uma fábrica de cimento lá, ou não existe, a não ser em Carapina.

A SRA.

- Há dúvidas mesmo. Quan-

do você falava em uma das saídas é porque de certa forma o Estado não acompanhou, tanto a nível da sociedade, a forma que se criou uma estrutura de solidariedade. Hoje, o Brasil é um país urbano; o esqueleto é urbano. Então, em decorrência disto é preciso ter uma gestão urbana, é preciso extrapolar aqueles limites administrativos de gestão, e a saída seria uma gestão urbana que tivesse dentro de uma visão de totalidade social. Isto significa também, em termos concretos, quando a gente entra no papel do profissional, do técnico, e está aí dentro em nosso caso o do Instituto Jones, procurando entender a gravidade, compreender, passar política pública, etc. E aí isso se coloca no concreto, relacionado aquilo que poderia se propor em termos de diminuir esse distanciamento; Estado e sociedade urbanizados.

Você citou o exemplo de que há uma dois dias foi decidido o reajuste das passagens de ônibus, numa instância onde tem a participação da sociedade organizada. Parte da representação da sociedade morre no Estado, e o resultado é este que está aí, que conhecemos. O reajuste foi aprovado, obviamente, de nove a quatro votos; e não teria como ser diferente.

Então, a grande questão que se coloca, para nós técnicos, é essa própria natureza contraditória disso tudo. Que medida é possível, na nossa condição de técnico, estar propondo certos tipos de mecanismos de participação ou de colamento de Estado e sociedade, se todos esses limites que estão aí (inaudível)

Como agente político também temos uma responsabilidade nisso. Não estou achando que temos que ter omissão nisso não, mas a questão principal está na sociedade organizada. Não basta criar um mecanismo, propor um mecanismo, ou propor um tipo de gestão urbana. No meu entender, de certa forma está modernizando, porque você extrapola a questão administrativa quando é um salto a frente, mas que significa de fato uma operação do ponto de vista dessa programação de forças mesmo, de reforço da organização social, que para mim não tem contradições, as

sim, a qual Estado.

Em outras palavras, essa abertura de espaço, de mecanismos, não se dá tanto se propondo a nível de Estado, mas se dá por uma opresão a nível de sociedade organizada. Acho essa questão muito complexa, acho que devemos ter uma determinada postura como técnico. Para mim a grande questão é que se você tem condição de compreender como vai essa realidade dentro de toda essa dimensão que se coloca, de como está a organização social, as classes sociais, as relações de classe, as relações de poder, a estrutura econômica e tal... Para mim é melhor subsídio que podemos dar a nível de sociedade organizada, porque não seremos nós a alterar por dentro dessa estrutura do Estado (inaudível) Nós técnicos, alterar esse tipo de correlação de forças de poder.

Então é uma questão que queria entender mais, ou seja, essas propostas de gestão urbana, um Estado ou um governo que tivesse uma visão de totalidade social, não só administrativa, mas que tivesse mais colado à sociedade civil. Estaria sendo proposto a nível de governo de Estado, pelos técnicos que estão produzindo conhecimentos e as políticas públicas. Isso é uma proposta para a gente, enquanto técnicos do Instituto Jones estão propondo quais limites você se esbarra.

O SR. - Tudo bem; primeiro farei uma colocação. Antes de responder à sua pergunta, afirmo: o técnico vive em contradição. Acho que o técnico que trabalha no governo tem quatro alternativas: ou ele sai, ou ele faz análises, ou ele assume as contradições, ou ~~ele~~ se aliena no sentido de desconhecer, ironizar.

Partindo do pressuposto de que ele vai assumir as contradições, veja bem, você está trabalhando mais que, por exemplo, você possa trabalhar. Vamos supor que você trabalhe no nível de prefeitura, vamos supor que o PCB, ou o PC do B, ou o PT, enfim, um partido de esquerda, assumiu aquela prefeitura. Aquela prefeitura, sob o poder de um partido de esquerda, vai ser sempre a prefeitura num país capitalista. Claro! Isso que eu chamo de contradição! Essa contradição vai aparecer! Quer dizer, a Maria Luiza assume lá em Fortaleza mas o cara saceneia! Ela não pode resolver o problema do lixo. Então, essa contradição vai estar sempre presente na atuação do técnico que trabalha em governo.

Partindo do pressuposto de que o técnico vai assumir a contradição, o que devemos refletir, em primeiro lugar, é o seguinte:

ele tem um papel, sim, e o papel é que medida ele atua como força política. Ele se torna força política, ele se organiza ator político para influenciar as políticas públicas. Bem ou mal Vitória tem, hoje, o PDU. Se não fosse o Instituto Jones talvez não tivesse. Isso eu acho que é um trabalho político de técnicos. Você pode até dizer: "mas já mudaram o tal Sindicom, não sei o que, e tal; o cara já mudou o gabarito não sei das quantas." Estas são as contradições. Mas o fato é que bem ou mal algumas coisas foram feitas. Bem ou mal, você tinha algumas coisas, você tinha o sistema aquaviário; bem ou mal algumas coisas aconteceram. Você tem um Transcol.

Então, isso mostra que o trabalho do técnico é importante. Claro, tem contradição. Ele caminha um passo e às vezes volta dois; caminha mais três e volta cinco. Tem de ter paciência. Isso eu queria colocar do ponto de vista do técnico. Agora, quero concordar com você, quando diz que a participação vem da pressão da sociedade. Ela vem da mudança. É claro que não é o governo que vai organizar a sociedade; está claro e cristalino. Também não são os técnicos que vão organizar a sociedade. O máximo que os técnicos podem fazer é tentar compreender a sociedade e trabalhar com ela no sentido das organizações dessa sociedade. Acho que é o máximo que ela pode fazer; organizar a sociedade é outro papo.

Gostaria de colocar que a mudança passa pelo governo. Isso é para nós refletirmos juntos" Ela passa pelo Estado e com a instituição, porque aí é que está o centro do poder político. Então, qualquer mudança tem que vir de alguma política pública. Não interessa se veio por pressão ou concessão, se veio pelos técnicos ou qualquer ator político. O fato é que ela vem de uma correlação de forças.

Voltando à sua preocupação com o técnico, até que ponto o técnico se torna um ator político, e se assume como tal ou se trabalha como tal. Assume um papel político dentro dessas contradições. Então, você coloca a questão da gestão que está posta, e vai estar posta aqui no ano que vem, no Estado do Espírito Santo, no Instituto Jones dos Santos Neves, porque o Instituto, assim como vários órgãos metropolitanos no Brasil, vai estar diante da seguinte situação: a Assembléia Legislativa vai adaptar a Constituição Estadual à Federal. E, a Federal diz o seguinte: as Constituições Estaduais vão ter a flexibilidade, dentro

de diretrizes, para anotar os modelos.

Então, essa questão da gestão é uma questão, por exemplo, de como os técnicos poderão, neste caso, fazer alguma coisa para encaminhar alguma coisa, que modelo de gestão, que alternativas os técnicos do Instituto Jones dos Santos Neves vão propor. Como vai ser pensada a região, no conceito funcional, na totalidade social, como vai ser colocada a gestão propriamente dita metropolitana? É o quê? É Câmara? É órgão administrativo? É órgão político? Como vão ser pensadas as questões da compensação financeira entre os municípios? Como vão acontecer várias coisas que vão aparecer no ponto de vista político?

Esse exemplo que você dá da gestão, é um exemplo de onde o técnico poderia atuar. Acho que quando - não sei se é isso que você queria dizer - você falou em gestão, a questão da gestão seria você ter uma preocupação espacial da totalidade e, em última análise, significa pelo menos duas coisas: como essa sociedade urbana tende a alterar condições de representatividade política concretamente... É o caso de se fazer uma região metropolitana enquanto instância política no poder, no Espírito Santo. Se fosse o caso, talvez você desse mais representatividade a isso que se chama sociedade urbana, ou seja, em última análise, a visão de gestão significa uma visão política, e não uma visão administrativa. Como você, em última análise, encaminha os problemas urbanos dentro do que se chama visão de gestão, e, portanto, também, como você pensa efetivamente em descentralizar em todos os níveis. A questão do técnico é uma questão complicada mesmo.

A SRA.

- Sabe que eu fico sentindo que a gente (inaudível) o político no descredito da população, porque não se coloca contra a população (inaudível) Se formos parar para entender essa realidade, principalmente de quem tem filhos, acho que temos dados suficientes da intuição. Como técnicos vamos ter que usar mais a intuição, e a questão da realidade com os políticos que estão aí tem que estar constantemente na cidade, cheirando a cidade, vendo a cidade ser destruída, sem respeitar o bairro (inaudível) intervir mais dentro dessa intuição que estamos aí (inaudível) não porque a cada plano que se coloca você passa dez anos e perde a vista do ano, e faz outro plano daqui a dez anos. Quer dizer, é até para (inaudível) que instrumento vai ser este que vai te causar na gestão da cidade, no cotidiano. Como o Instituto vai se colocar para fazer mais planos daqui



para a frente ou não. Por aí, também, qual vai ser o instrumento (inaudível) de trabalho. Mesmo agora, para ter mais dinâmica e acompanhar o serviço (inaudível) um dia você está no ônibus e está cheio, trânsito engarrafado. Podíamos fazer uma análise disso.

O SR. - Concordo com você. Não querendo te cortar, sem prejuízo da idéia, não podemos cair num extremo oposto, porque vou chamar de ativismo e você deixa de refletir. Esse ativismo também exacerbado é meio "barra pesada". Ativismo não com político, mas só no que diz respeito a fazer, fazer, fazer. A medida é só no processo que você sabe.

A SRA. - Acho que outra questão que tem preocupado (inaudível) perceber a descentralidade. Acho que o mal que causa em nós (inaudível) mas quando está tratando da cidade está percebendo sua necessidade (inaudível) os passos mesmo. É vitória que desprezamos muito. Eu acho que os trabalhos e vê a cidade como coisa homogênea demais. Vê as características disso.

Em último lugar é a história do trabalho. Acho que essa coisa grandona homogeniza a população, seus interesses, suas aspirações, e com isso os interesses em detrimento de outrem mais chegar a uma relação mais direta. Sempre tem a questão da totalidade.

O SR. - O que é totalidade? Você diz essa visão vai acabar com essa dicotomia urbana, rural, regional, municipal. Ao mesmo tempo você fala que tem que descentralizar ao máximo a organização política. Como você descentraliza e vê a totalidade, isto é, no planejamento ou na intervenção.

O SR. - Quando digo totalidade que ro dizer a idéia, ou colocar de que o espaço nacional é urbano. Então, nesse sentido a totalidade social é totalidade espacial. Isto é uma coisa, quer dizer, você então não está planejando necessariamente; apenas você pode, até só não da repercussão do seu planejamento, da sua intervenção, se dar no limite do que se concencionou chamar Grande Vitória, uma ação sua aqui (inaudível) lá na frente de várias formas. Você pode ter uma ação aqui que pode atrair gente do campo; você pode ter uma ação que vai expulsar gente... O que quero dizer é que na medida em que a relação é total, no sentido totalidade, a repercussão não se restringe ao limite de perímetro urbano, limite administrativo.

Outra coisa é quando você defende a visão de gestão você defender também dentro daquela idéia de que a sociedade urbana precisa estar representada. Ela está sub-representada, que uma das formas de você representá-la é descentralizar. Descentralizar no sentido de federalismo, descentralizar internamente no sentido do município ser descentralizado em relação à comunidade, do Estado ser descentralizado em relação à comunidade.

A meu ver, se você descentralizar você pode adequar melhor a questão da subrepresentação da sociedade urbana. Eu falei descentralização nesse sentido, e isso como ação não só de governo mas de políticos, etc. Por exemplo, há uma tendência de você ter alguma reforma tributária na Constituição, acompanhada de uma descentralização administrativa. Os municípios e os Estados deverão ter mais grana, mas vão ter mais funções. Esse é outro problema que vai se colocar já para o Instituto. Você vê realmente algum tipo de descentralização também administrativa, e parece, por exemplo, que a tendência é se descentralizar saúde, descentralizar educação, por exemplo. Qual é a repercussão disso no planejamento urbano?

O SR.

- Vamos a um caso aqui que está motivando essas conversas todas. O Município da Serra vai receber uma duplicação da CST, vai receber um pólo carboquímico; vai receber várias indústrias; vai receber trinta mil pessoas daqui a uns dois anos. Como você faz esse estudo de maneira total? Você vai propor ali uma intervenção? Porque isso vai criar "uma zona", não só lá mas na Grande Vitória, com reflexo em Aracruz. O que seria um estudo onde você teria totalidade, nesse caso específico, para entender melhor?

O SR.

- Seria do Pré Programa de Reparcelamento Estrutural. Você fazer um estudo daquele tipo. Só que uma coisa que aquele estudo não tinha, pelo que me lembro, é essa parte mais de política. Ela é um estudo bem técnico; a estrutura vai ser assim... Mas, enfim, aí você tem um estudo dessa natureza. Só que talvez você pudesse introduzir uma metodologia um pouco diferente do ponto de vista que é uma preocupação mais espacial, menos setorial. Quer dizer, qual é a repercussão dessa duplicação que vai se dar na Serra, em Aracruz, em Fundão.

Talvez você teve uma preocupação espacial maior. Mas eu ve-

ria o estudo dessa natureza. Qual é o impacto disso na estrutura produtiva daquela região, e do seu estorno. E no caso, quando você fala em entorno, talvez você falar em Estado como entorno, qual é o impacto disso na estrutura ocupacional; e por aí vai.

Agora, incluiria uma preocupação mais política do ponto de vista de grupos sociais. Não era o caso, na época, mas eu faria um estudo dessa natureza. Você tem os dados, vai ser assim, assado, cozido... E aí isso vai ter um impacto brutal na estrutura econômica. Que impacto é esse? Vai ter um impacto brutal na estrutura social. Você pode começar pela estrutura ocupacional. Você teve no passado alguns estudos, inclusive do ponto de vista político, que denunciavam que os grande projetos (inaudível) e denunciar isso, se for o caso. O engraçado, no passado você tinha um regime fechado, essas coisas eram denunciadas. Quando vieram os grandes projetos, "Jaiminho Larica" botou a boca no trombone. Era um regime fechado.

A SRA.  
pouco necessário...

- Antônio Carlos, acho um

O SR.  
preocupação com totalidade, esses estudos deveriam ter sempre - pelo menos vou chamar - quatro cortes: econômico, social, político e cultural. Podemos até detalhar esse tipo de corte. Se você fizer isso, tenho a impressão de que você estará tendo essa preocupação de entender aquelas totalidades. Você delimita dentro disso, de cada coisa dessa, e o econômico, o que vou estudar? É a produção do valor, a estrutura produtora, as duas coisas. Social é o quê? É a repercussão da estrutura ocupacional. Os laços sociais, que tipo de laço existe? Laço de compadrio, laço mais de capitalista, de relação contratual?

A SRA.  
mesmo; vejo com dificuldade é informação mesmo. Quer dizer, uma coisa é você estar fazendo um estudo de impacto que teve no final da década de 70, meados da década de 70, as mudanças que ocorreram, uma coisa que passou, que você tem aí a dinâmica concreta, real, do que aconteceu, e tem informações também com as quais você pode trabalhar. Hoje, uma dificuldade que vejo - está colocada para o Instituto - é com que fontes trabalhar, onde recorrer para que se possa não só detectar o que está acontecendo mas até ver as tendências, para onde é que vai isso em

todos os níveis, econômico, político e social.

Acho que tem de ser por esse caminho. Não dá para pegar os impactos da indústria, os impactos econômicos - um estudo isolado - e sociais, as questões da cultura, as transformações que já ocorreram, meio ambiente, serem transformados. Acho que nessa junção fragmentada é uma coisa que está muito presente na nossa cabeça e que não está presente na realidade. O fato é este: está na nossa cabeça que é uma questão ideológica.

Acho que é um grande desafio que de certa forma tem que se fazer corte. Não dá para você misturar tudo; tem que fazer uns recortes, para efeito de estudos.

Um outro lado, sem estabelecer as relações e articulações que existem entre uma instância e outra, a maioria de nós não está acostumada mesmo a trabalhar com esse tipo de questão, embora não seja um "bicho de sete cabeças" não. Acho que é plenamente possível. Uma dificuldade que vejo é esta: informações que você possa, inclusive, antever, antecipar. Acho que é difícil; você tem um censo defasado (inaudível) você tem, para 1986, com dados mais gerais - não tem livro do município - um detalhamento maior.

O SR. - Aquelas listagens especiais do censo uma coisa que o Instituto precisava adquirir, pode ser por aí. Outra coisa que tem de ver: o Instituto não pode ser uma academia: pelo contrário. Acho que o Instituto deve fazer convênio. É muito estudo para pouca cabeça. Pelo outro lado, a universidade está produzindo isto. A universidade, a empresa privada. O Instituto não pode "perder o bonde" . Não sei como vai ser resolvido isso, mas daqui a pouco essas coisas vão ser contratadas.

Quero defender é que mesmo que você não tenha informação suficiente há sempre uma possibilidade de você desenvolver alguma metodologia. Tem que ver que caso é mais qualitativo do que quantitativo. Há sempre a possibilidade de você, em determinado tipo de trabalho, fazer trabalho mais qualitativo. Nesse exemplo que você deu, de leitura da cidade, os grupos sociais, o tipo de distribuição de classe espacialmente, este é um trabalho que dá para fazer num trabalho mais qualitativo. Pode ser que não saia o melhor trabalho do mundo, mas tem o objetivo de resolver alguma coisa. Quer dizer, o Instituto não pode parar

para ficar estudando até o ano 2.000.

Então, era isso que eu queria enfatizar. Tem certas coisas das quais você pode sair; tem a saída no ponto de vista qualitativo.

O que eu chamo qualitativo. Por exemplo, em 1976 o Espírito Santo fez aquele estudo "As pirações das elites municipais", que é um trabalho qualitativo de leitura. Na realidade nada mais se fez ali do que se definir critérios numa metodologia e simplesmente viajar pelo Espírito Santo, entrevistando pessoas. Lembro-me também de um trabalho de turismo feito por aí também; você definir critérios e ler a realidade, é sempre a leitura sua. Mas, enfim, é melhor do que nenhuma leitura. Então, em terminados trabalhos, há sempre as possibilidades.

Outra coisa é o seguinte: a CST tem mais dados do que o Governo do Estado do Espírito Santo. Vocês sabiam disso? A CST tem um órgão de planejamento super equipado. Acho que a CST faz mais planejamento do que o Bandes, a Coplan, o Instituto, etc. Para isso eles têm dados mesmo, mais do que a CST e a Vale do Rio Doce. Pelo que me consta, eles estão querendo que o Estado assuma essas posições. A CST tem um planejamento que chega ao nível de sofisticação de acompanhar a conjuntura mundial, é bem sofisticado. Depois você tem o IBGE, depois você tem possibilidades de gerar alguns trabalhos pelo próprio Instituto. O que eu defino é que não dá para rodar em círculos.

A SRA.

- Acho, talvez, que o Instituto esteja precisando identificar as vestes elegantes e começar a trabalhar para crescer. Porque quando vemos uma tarefa grande pela frente queremos abraçar tudo de uma hora para outra, acho que é aquilo que você falou: Quer dizer, parte não será produzida aqui, não vai dar conta, porque ela não teve condições para isso. Outras coisas ficarão sem produzir, mas o fato é que se precisa identificar aquilo que é mais importante.

O SR.

- Você viu o PRE? É uma coisa muito setorial, não? Ele trata com relação à saúde, à telefonia. É um tipo de coisa dessa que também precisamos, não?

O SR.

- Na época ainda era assim, uma visão sutil, alguma coisa de visão, Mas, hoje, já temos essa primeira visão de industrialização, esse primeiro momento de industrialização. Melhor ainda. Porém, dá uma agonia tremenda ver o que vem por

aí, saber dessa realidade que está pertinho. É uma agonia. Poxa, é um estado inteiro ! Não é a Grande Vitória! É o meio rural, a modificação das relações, etc.

A coisa essencial no planejamento é a ousadia. O pior é a falta de consciência do poder público em relação ao planejamento como instrumento de trabalho. Dá até agonia, porque se acaba "batendo na ca beça" nas paredes. Você está todo agoniado, que tem uma realidade que vai se mordendo, daqui a pouco vai estudar e o poder público não está nem aí, nem interessa a eles; talvez até atrapalhe você ficar propondo um monte de besteiras.

Por isso que, realmente, a tabela é muito importante para você , como técnico, você mesmo lendo, e depois repassar. Porque a cada dia não mais conseguimos passar informações ... porque nós como técnico detemos o poder de captação, de leitura maior do que um cidadão comum, que não é especializado nisso. E acho que é uma carência muito grande, falta de informação mesmo.

Sentimos com o Pedro a quantidade de informações de que eles precisam. Eles mexem muito mais com sentimento, associação , movimento social, do que com informações.